



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 14/XIII/2.^a SL

Aos 6 dias do mês de dezembro de 2016, pelas 9 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

09:00 horas

Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 345/XIII/2.^a (PS) - "Promove a regulação urgente das responsabilidades parentais e a atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e de aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores";

Relatora: Deputada Sandra Cunha (BE)

09:15 horas

Audição da Ministra da Administração Interna, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, com um ponto autónomo sobre matéria de migrações e refugiados, na sequência do debate sobre as iniciativas europeias COM (2016) 466, 467 e 468, designadamente sobre o procedimento comum de proteção internacional [COM(2016)467], em particular quanto à proposta de substituição das listas nacionais por uma lista da UE de países de origem designados como seguros, sobretudo atenta a especial sensibilidade das relações de Portugal com determinados países fora do espaço europeu com quem mantém interesses permanentes. [11H30 - em conjunto com a Comissão de Assuntos Europeus].

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foi dada a palavra à Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) para apresentar o parecer relativo ao [Projeto de Lei n.º 345/XIII/2.^a \(PS\)](#) - Promove a regulação urgente das responsabilidades parentais e a atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e de aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores, tendo feito alusão ao [Projeto de Lei n.º 327/XIII/2.^a \(BE\)](#) - Procede à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível (aprovado pela lei n.º 141/2015, de 8 de setembro e à segunda alteração à lei n.º 75/98, de 19 de novembro).

Em seguida usou da palavra a Senhora Deputada Elza Pais (PS) para congratular a Relatora pelo seu parecer, salientando a importância do tratamento desta matéria. Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), que suscitou um problema de conteúdo, na medida em que na página cinco do documento são referidos dois pareceres de 2015 que não conseguiu encontrar, um do Conselho Superior do



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 14/XIII/2.^a SL

Ministério Público e outro da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, ressalvando pretender ter acesso aos mesmos de modo a melhor se pronunciar sobre a presente iniciativa. A Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) esclareceu que os pareceres tinham sido emitidos por referência ao [Projeto de Lei n.º 745/XII/4.^a](#) (BE) - Altera o Código Civil, a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e a organização tutelar de menores, garantindo maior proteção a todas as vítimas de violência doméstica e de outras formas de violência em contexto familiar.

Assim, foi submetido a votação o parecer, o qual foi **aprovado por unanimidade**, na ausência do CDS-PP e do PEV.

Após uma breve interrupção, teve início a audição da Senhora Ministra da Administração Interna (Constança Urbano de Sousa) – que se fez acompanhar pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna (Isabel Oneto) - para prestar esclarecimentos quanto ao ponto autónomo sobre matéria de migrações e refugiados, na sequência do debate sobre as iniciativas europeias COM (2016) 466, 467 e 468, tendo-lhe sido concedidos 15 minutos para esse efeito.

A Senhora Ministra começou por dizer que a questão que se colocava a debate era a da reforma da política europeia de asilo, para a qual fora criado um grupo de trabalho, mas cujas propostas ainda não tinham sido apresentadas ao nível do Conselho Europeu, e que o objetivo a atingir seria o procedimento comum de asilo.

O Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) pediu a palavra ao Senhor Presidente, que consentiu na interrupção, defendendo que como não estavam ainda presentes os Senhores Deputados da Comissão de Assuntos Europeus, não se deveria abordar esta questão naquele momento, devendo a Senhora Ministra, no seu entender, ater-se às questões da competência exclusiva da 1.^a Comissão.

O Senhor Presidente tornou a dar a palavra à Senhora Ministra para esta orientar a sua intervenção inicial como entendesse melhor.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 14/XIII/2.^a SL

A Senhora Ministra referiu-se então, de seguida, à política de segurança interna que o Ministério da Administração Interna tem vindo a executar, nomeadamente aos recursos humanos e instalações e equipamentos das forças de segurança; à avaliação do mecanismo de Schengen; à política de combate à violência doméstica; proteção civil; prevenção rodoviária e administração eleitoral.

Seguiu-se uma primeira ronda de questões apresentadas pelas Senhoras e pelos Senhores Deputados Fernando Negrão (PSD), Isabel Moreira (PS), Telmo Correia (CDS-PP), António Filipe e Jorge Machado (PCP), tendo a Senhora Ministra da Administração Interna respondido a todas em conjunto.

Após uma curta interrupção dos trabalhos, iniciou-se a reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus, tendo o Senhor Presidente passado a palavra à Senhora Presidente daquela Comissão, Deputada Regina Bastos, para apresentar a audição sob o ponto de vista dos Assuntos Europeus, tendo esta referido que estavam em análise iniciativas europeias escrutinadas na Comissão de Assuntos Europeus e na Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias. Acrescentou que os pareceres na Comissão de Assuntos Europeus haviam sido elaborados pela Senhora Deputada Rubina Berardo (PSD), e referiu-se a uma carta do Ministério da Administração Interna de 14 de novembro de 2016.

De seguida usou da palavra a Senhora Ministra da Administração Interna para se pronunciar sobre a matéria. Falou na gestão da crise dos refugiados, nos fluxos migratórios, nas dificuldades do processo de recolocação, na falta de recursos do SEF para afrontar esta crise, na Política Europeia de Asilo, nas Diretivas Qualificação e Acolhimento, no Regulamento de Dublin, no EURODAC, e, por fim, na política de luta ao terrorismo.

O Presidente agradeceu a intervenção da Senhora Ministra, anunciando que teria que se ausentar, e que por isso a condução dos trabalhos passaria a ser feita pela Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 14/XIII/2.^a SL

Seguiu-se uma ronda de questões colocadas pelas Senhoras Deputadas Rubina Berardo (PSD) e Lara Martinho (PS), pelos Senhores Deputados José Manuel Pureza (BE), Telmo Correia (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo a Senhora Ministra respondido conjuntamente a estas questões.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 41 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 14/XIII/2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Moraes
Vânia Dias da Silva
Carla Tavares
Hugo Lopes Soares
Jorge Lacão
Jorge Machado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Gameiro
JAMILA MADEIRA
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Filipe Neto Brandão
José Luís Ferreira